

Estabilidade e Mudanças Institucionais em Aglomerações Produtivas

Stability and Institutional Changes in Productive Agglomerations

Celio Favoni¹ⁱ, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3964-9715>; **Mario Sacomano Neto²ⁱⁱ,** Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2561-1700> ; **Luiz Fernando de Oriani e Paulillo³ⁱⁱⁱ,** Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2627-7887>; **Diego Rorato Fogaça^{4iv},** Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1909-5236>

1. Faculdade de Tecnologia de Jahu - SP – Brasil. E-mail: favoni@hotmail.com
2. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - SP – Brasil. E-mail: msacomano@ufscar.br
3. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - SP – Brasil. E-mail: dlfp@ufscar.br
4. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, MS, Brasil. E-mail: fogaca.diego@gmail.com

Resumo

O estudo da mudança institucional é uma área de pesquisa na teoria organizacional, e o estudo de políticas regionais está na agenda de pesquisa sobre instituições. Isso implica explorar como as instituições importam para o desenvolvimento regional e como o papel do Estado impacta no ambiente de regiões formadas por micro e pequenos negócios. Assim, este artigo apresenta e analisa o tipo de mudança institucional na aglomeração produtiva de calçados de Jaú/SP. Trata-se de um estudo de caso de natureza descritiva, exploratória e histórica. A abordagem mista subsidiou a metodologia, tendo a análise quantitativa para os dados econômicos e análise qualitativa para os dados coletados por meio de documentos e um roteiro de entrevistas com nove atores ligados à governança do aglomerado. Os resultados apontaram o tipo de mudança em camadas, quando pequenas modificações são introduzidas e coexistem com práticas antigas. Os eventos alteraram as condições socioeconômicas, mas não modificaram a estrutura institucional.

Palavras-chave: teoria institucional; mudança institucional; aglomerações produtivas.

Abstract

The study of institutional change is an area of research in organizational theory, and the study of regional politics is on the institutional research agenda. This implies exploring how institutions matter for regional development and how the role of the State impacts on the environment of regions formed by micro and small businesses. Thus, this article presents and analyzes the type of institutional change in the productive agglomeration of footwear in Jaú/SP. This is a case study of a descriptive, exploratory and historical nature. The mixed approach subsidized the methodology, with quantitative analysis for economic data and qualitative analysis for data collected through documents and an interview script with nine actors linked to the governance of the cluster. The results pointed to the layered type of change, when small modifications are introduced and coexist with old practices. The events altered the socioeconomic conditions, but did not modify the institutional structure.

Keywords: institutional theory; institutional change; cluster.

Citação: Favoni, C., Sacomano Neto, Mario, Oriani e Paulillo, L. F. & Fogaça, D. R. (2025). Estabilidade e Mudanças Institucionais em Aglomerações Produtivas. *Gestão & Regionalidade*, v. 41, e20259004. <https://doi.org/10.13037/gr.vol41.e20259004>



1 Introdução

A Teoria Institucional desperta grande atenção no campo dos estudos organizacionais (Deephouse & Suchman, 2008; Klutzz & Fligstein, 2016; Morselli, 2021; Fligstein & Goldstein, 2022) ao destacar a influência dos elementos institucionais regulativo, normativo e cognitivo (Beckert, 2010) para explicar ações individuais e organizacionais (Coccia, 2018) a partir da concepção de que a ação social ocorre em arenas definidas (Fligstein, 2013). A premissa-chave é que as regras, normas e suposições socialmente compartilhadas impulsionam a tomada de decisões e práticas organizacionais (Tolbert, Davi, & Sine, 2011). Além disso, fornece uma explicação não econômica, mas sim institucional do comportamento e das estratégias organizacionais (Dimaggio & Powell, 2007; Yang & Su, 2014; Morselli, 2021).

O contexto institucional refere-se ao conjunto dos elementos ambientais de natureza institucional e técnica que envolve as organizações e com o qual elas interagem (Scott, 2001) e pode possuir três níveis: local/regional, internacional e nacional (Coraiola, Jacometti, & Baratter, 2015). Embora existam vários estudos sobre o contexto institucional, ainda persiste o problema de entender o porquê e quais as fontes de estabilidade e mudança numa instituição e, entender como isso ocorre é um desafio central aos institucionalistas (Streeck & Thelen, 2005; Beckert, 2010; Fligstein, 2013).

O estudo da mudança institucional é uma área central de pesquisa na teoria organizacional (Béland & Powell, 2016; Micelotta, Lounsbury, & Greenwood, 2017), e a literatura propõe diferentes quadros teóricos ao sustentar que este processo pode ser o resultado de fatores externos ou internos, bem como de choques abruptos ou incrementais (Kingston & Caballero, 2009; Gerschewski, 2021). A mudança institucional pode ser algumas vezes revolucionária e, em outros momentos, mais lenta ou fragmentada (Fligstein, 2013). A mudança institucional pode ser incremental, uma vez que é mais fácil obter consenso sobre pequenos ajustes que podem causar grandes mudanças nas regras existentes (Mahoney & Thelen, 2010; Kingston & Caballero, 2009). A mudança institucional incremental insere a compreensão sobre catalisadores de mudança, em que fatores exógenos significam mecanismos que desencadeiam a mudança institucional (Coccia, 2018). Também Seeleib-Kaiser (2008) aponta que, para qualquer análise de mudança institucional, precisa-se de uma conceituação sistemática do período em que se está analisando e as categorias para poder julgar se as alterações no ambiente constituem uma mudança significativa.

Inserido neste contexto, o estudo de políticas regionais está incluso na agenda de pesquisa sobre instituições (Glückler & Lenz, 2016; Benner, 2017; Jacometti, Gonçalves, & Castro, 2014). Na análise institucional, o foco das análises deixa de centrar-se em um ou outro ator social, incidindo sobre a qualidade das relações entre atores (Klutz; Fligstein, 2016). Nesse sentido, são carentes os estudos do enfoque institucional para a análise do desenvolvimento regional. Entende-se a aglomeração produtiva como uma instituição por envolver questões políticas, econômicas e sociais ao possuir valores, normas, costumes, códigos de conduta e mercado (North, 1990; Tavares, Leite, & Carvalho, 2011) ou contribuir para o processo de inovação da localidade (Barbosa Leite et al., 2023).

Uma das hipóteses que esta pesquisa planejou validar é a importância do papel de atores institucionais no contexto do desenvolvimento regional (Araujo Aguiar & Moreira, 2022). Estudos indicaram evidências da ação institucionalizadora por parte do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como agente indutor de



comportamentos em aglomerações produtivas (Tavares *et al.*, 2011) atuando como intermediário de transformações organizacionais e institucionais, bem como portador de conhecimento gerencial para micro e pequenos negócios nas últimas décadas (Ralio & Donadone, 2019).

No sentido de contribuir com esta discussão, esta pesquisa visou analisar o tipo de mudança institucional na aglomeração produtiva de calçados de Jaú entre os anos de 2001 e 2019, com base na tipologia desenvolvida por Mahoney e Thelen (2010). A tipologia permitiu identificar e classificar eventos que causaram alterações nesta localidade produtiva. Também se verificou a relação entre o desempenho econômico da aglomeração produtiva quando comparadas com outras regiões produtoras de calçados no Brasil. Os resultados da pesquisa indicaram para um tipo de mudança institucional em camadas, quando pequenas modificações são introduzidas e coexistem com práticas antigas, conforme indicado por Streeck e Thelen (2005). Os eventos alteraram as condições socioeconômicas, mas não modificaram a estrutura institucional.

2 Instituições e Mudança Institucional

A literatura sugere diferentes definições de instituições que afetam as perspectivas para estudar e explicar a mudança institucional (Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012; Coccia, 2018; Samadi & Alipourian, 2021). Na definição clássica, as instituições são “as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, como as restrições humanas concebidas moldam a interação humana, reduzindo a incerteza e fornecendo uma estrutura para a vida cotidiana” (North, 1990, p. 3). Também pode ser concebida como “elementos culturais – cognitivos, normativos e regulatórios que, com atividades e recursos associados, proporcionam estabilidade e sentido para a vida social” (Scott, 2001, p. 48). Para Mahoney e Thelen (2010) as instituições são características relativamente duradouras da vida política e social, e que não podem ser alteradas fácil ou instantaneamente, ao reduzirem a incerteza, fornecendo uma estrutura para a vida cotidiana, conformando incentivos nas trocas políticas, sociais e econômicas.

Pressupõe-se que o conceito de instituição é central para abordagens que visam compreender os processos de mudança institucional. Na visão de Mahoney e Thelen (2010) e Gerschewski (2021), uma vez criadas, as instituições muitas vezes mudam de maneira sutil e gradual ao longo do tempo. A mudança institucional possui múltiplas formas e estratégias que diferem sistematicamente conforme o caráter das instituições e dos cenários políticos em que estão situadas (Béland & Powell, 2016). Assim, as teorias de mudança institucional são plurais e às vezes contraditórias (Maggetti, 2014). Para explicar o desenvolvimento das instituições, as teorias às vezes se concentram nos esforços coordenados dos atores para superarem seus problemas de ação coletiva, ou nas lutas que produzem novas formas que criam vencedores e perdedores (Tang, 2011). Na literatura existe uma distinção entre os autores que estudam grandes mudanças como resultado de choques exógenos e aqueles que estudam mudanças incrementais em andamento (Van Der Heijden, 2014).

Ao explicar situações de mudança, os institucionalistas históricos chamam a atenção para os *critical junctures*, entendidos como períodos que abrem oportunidades para agentes mudarem a trajetória de desenvolvimento de uma política ou instituição, resultando em um novo caminho de desenvolvimento que persiste por um longo período (Capoccia & Kelemen, 2007; Venturini, 2021).



Thelen (2003) e Gerschewski (2021) indicam uma teoria da mudança institucional crítica ao modelo neo-institucional de equilíbrio pontuado de True, Jones e Baumgartner (1999) e Shapiro (2002), que preconiza a existência de momentos críticos, os quais interrompem a inércia institucional e provocam mudanças radicais. Para as teorias da mudança institucional, as mudanças são determinadas pelas características do contexto político, da própria instituição e pelo tipo de comportamento do agente dominante da mudança (Thelen, 2009).

A análise da mudança também está relacionada à noção de *path dependence*, segundo a qual os arranjos institucionais estabelecidos em um determinado momento se tornam enraizados em razão de sua capacidade de moldar os incentivos, visões de mundo e recursos dos atores e grupos afetados pela instituição (Capoccia & Kelemen, 2007). Para Béland e Powell, (2016), o conceito de *path dependency* conota estabilidade em que é trazida por fatores endógenos que reforçam o *status quo* e que dificultam o início de uma grande mudança.

Arranjos institucionais podem ser definidos como construções socioculturais que prescrevem comportamentos organizacionais apropriados e que moldam e impõem padrões de interesses e privilégios (Micelotta, Lounsbury, & Greenwood, 2017). A literatura tem buscado entender como esses arranjos são perturbados e alterados e por que a mudança ocorre, quem a inicia e promulga e com quais efeitos (Greenwood, Oliver, & Lawrence, 2017; Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012).

Ainda que o interesse maior permaneça sobre a explicação da mudança institucional, a estabilidade é uma questão fundamental, pois, para entendê-la deve-se explicar, em termos paralelos, a mudança (Hall, 2010). A explicação da estabilidade das estruturas de mercado ganha muito mais atenção do que questões de mudança (Beckert, 2010). Para Thelen (2003) e Mahoney e Thelen (2010), a mudança e a estabilidade estão de fato intrinsecamente ligadas e aqueles que se beneficiam de acordos existentes podem ter uma preferência objetiva por continuidade. Entretanto, assegurar tal continuidade requer a mobilização contínua de apoio político, além de esforços para resolver ambiguidades institucionais, quando existirem.

Se, por um lado, a explicação do processo de mudança institucional se pauta em fatores exógenos, por outro lado, ele pode ser explicado também por fatores endógenos, onde os elementos causais da mudança decorrem do comportamento dos agentes internos às instituições (Streeck & Thelen, 2005; Mahoney & Thelen, 2010). A transformação institucional é muitas vezes gradual ou suave, não particularmente abrupta, com motivos bastante mundanos (Powell & Colyvas, 2008), onde mudanças aparentemente pequenas, podem se acumular em uma transformação institucional significativa (Thelen, 2003; Streeck & Thelen, 2005; Mahoney & Thelen, 2010).

2.1 Tipos de mudança institucional

A literatura usa variadas terminologias para argumentar que pequenas mudanças incrementais que se acumulamumas sobre as outras podem somar a uma mudança significativa (Hinrichs & Kangas, 2003; Jensen, 2009; Béland & Powell, 2016). Neste artigo foram utilizados os tipos de mudança definidos por Mahoney e Thelen (2010), que apesar de reduzida capacidade preditiva, possui excepcional valor ao fornecer uma única linguagem para explicar exemplos reais de mudança institucional (Van Der Heijden 2014). Eles observaram que as principais abordagens da análise institucional enfrentam problemas para explicar mudança e assim identificaram quatro tipos de transformações institucionais: substituição (*displacement*), camadas (*layering*), deriva (*drift*) e conversão (*conversion*).



A substituição ocorre quando há remoção de regras e práticas existentes, substituídas por modelos novos e desconhecidos. Pode ser abrupta com o colapso das instituições e sua substituição por novas regras. Também pode ser um processo lento e gradual, quando novas regras e instituições são introduzidas e competem com regras mais antigas, em vez de derrubá-las imediatamente (Mahoney & Thelen, 2010; Venturini, 2021).

A mudança por camadas ocorre por meio de um crescimento diferenciado (Streeck & Thelen, 2005) em que pequenas modificações são introduzidas e coexistem com práticas antigas, ou seja, o novo não substitui o antigo, mas é adicionado a estes e assim gradualmente muda seu *status* e estrutura (Mahoney & Thelen, 2010). Isso implica a constituição de regras paralelas ou superpostas, mas está relacionada à ocorrência de alterações, revisões e acréscimos às regras existentes, o que pode resultar em alterações significativas a longo prazo (Mahoney & Thelen, 2010; Venturini, 2021). Este é um tipo de explicação que difere da literatura de equilíbrio pontuado por ter uma postura de que grandes mudanças podem, e provavelmente resultarão, de camadas de novas políticas, regras ou agentes adicionados a uma instituição, ou política existente (Béland & Powell, 2016).

A mudança institucional de deriva ocorre quando o impacto das regras é alterado por conta de mudanças ocorridas no ambiente onde a instituição está inserida. As regras formais não são modificadas, mas o seu impacto na sociedade sofre variações em função da negligência dos agentes com relação ao ambiente (Thelen, 2003; Streeck & Thelen, 2005; Mahoney; Thelen, 2010). Portanto, a deriva ocorre quando as mudanças externas alteram os resultados das regras sem que tenha havido mudança nas próprias regras (Hacker, Pierson, & Thelen, 2015). Este mecanismo parece estar relacionado ao mecanismo descrito na literatura de equilíbrio pontuado onde efeitos exógenos resultam em mudança institucional (Van Der Heijden, 2014).

A mudança por conversão não implica alterações das regras formais das instituições, mas em sua aplicação. Considera-se que as próprias instituições não mudam, mas são aproveitadas para servir a novos fins (Van Der Heijden, 2014): os agentes interessados na mudança não alteram as regras formais, mas as reinterpretam de maneira a modificar o *status quo*. A estratégia de *conversion* não resulta da negligência dos agentes. Ela é estrategicamente produzida pelos agentes, os quais exploram as ambiguidades institucionais para proporcionar a mudança e dar novo propósito às instituições (Rocco & Thurston, 2014).

Compreender estes diferentes tipos de mudança institucional – incluindo os papéis que os apoiadores e desafiantes institucionais tipicamente desempenham dentro de cada um – auxilia na compreensão da dinâmica, estabilidade e crise dos aglomerados.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa mista utilizando a técnica de levantamento e análise dos dados econômicos (quantitativo) e entrevistas semiestruturadas para obtenção de informações de formação e governança do aglomerado (qualitativo). Adotou-se a estratégia de estudo de caso na aglomeração produtiva de calçados femininos de Jaú/SP. Este método de pesquisa qualitativa pode ser usado para uma variedade de propósitos de análise e é particularmente forte e mais frequentemente usado para fins de construção e validação de teoria. É caracterizada pela ênfase na perspectiva do indivíduo que está sendo estudado. A realidade subjetiva dos indivíduos envolvidos no levantamento é considerada relevante e contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa (Hancock, Algozzine, & Lim, 2021).



3.1 Coleta de dados

Na primeira fase foi realizada uma busca por documentos oficiais com o histórico e formação do setor calçadista, composição da diretoria e notícias no site oficial do Sindicato Patronal (Sindicalizados, 2022), além de dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2022) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade, 2022).

Adicionalmente ocorreu o recebimento e análise de documentos disponibilizados pelo Sindicalizados, conforme especificado no Quadro 1. Com isso, completou-se a busca de documentos que subsidiaram o desenvolvimento do estudo.

Os passos para condução desta etapa foram: recebimento de notícias, análise de projetos e documentos, 10 visitas pessoais à entidade no período de 2017 a 2019, arquivamento e anotação das informações que apresentaram maior relevância e daquelas relacionadas à temática do estudo.

Quadro 1

Lista de documentos disponibilizados pelo Sindicado dos Calçadistas de Jaú/SP

- Relatório financeiro do convênio entre o Sindicalizados e APEX — (PSI) — 2001
- Apresentação: Desenvolvimento Sustentável do Polo Calçadista de Jaú – Sebrae Escritório Regional Bauru - 2002
- Relatório Estudo da Atividade Empresarial - Setor Calçadista Fabricação de Calçados Femininos Jaú/SP – Sebrae – 2002
- Relatório Oficina de Planejamento Estratégico – Setor Calçadista de Jaú – Sebrae – 2003.
- Apresentação Programa Sebrae/SP para APLs - Termo de Referência em APL – 2003
- Projeto Final de Execução de Convênios – APL - FINEP - 2005
- Plano de Desenvolvimento do APL – Empresas e Negócios – Governo Federal - 2007
- Notas Técnicas - Uma agenda de competitividade para a indústria paulista cadeia couro e calçados - IPT - 2008
- Documento de estratégia – BRA SPO CLJ – Competitiveness - 2010
- Material de divulgação Iniciativa Inova Jaú – Competitiveness - 2010
- Cartilha Brasil Próximo – Perfil da Indústria calçadista de Jaú e sugestões de políticas públicas - Observatório do desenvolvimento local no Centro Paulista - 2014

Fonte: Elaborada pelos autores.

Após exame preliminar dos documentos, foi elaborado um roteiro de entrevistas com 12 perguntas sobre eventos históricos, políticas públicas e processos de tomada de decisão, bem como os desafios enfrentados pelos atores sociais do aglomerado (Apêndice 1).

3.2 Entrevistas

Foi testado o roteiro com acadêmicos e docentes antes de seu uso em campo (Mosley, 2013). As entrevistas foram coletadas entre os meses de julho de 2017 e setembro de 2018, totalizando 8 horas e 47 minutos de gravação, transcritas e separadas em categorias que possibilitaram a análise das narrativas.

A escolha dos atores entrevistados foi intencional por saturação, onde o pesquisador seleciona na população, indivíduos que sejam boas fontes de informação para os propósitos do estudo. Em relação à “saturação” ou redundância, é muitas vezes usada para justificar o encerramento da coleta e a definição da quantidade dos entrevistados. O critério para definir o encerramento das entrevistas deriva da constatação, por parte do pesquisador, de que continuar com o processo de coleta não acrescenta informações que contribuam para o desenvolvimento ou aprofundamento de cada categoria analisada pela pesquisa empreendida (Lauretto, Nakano, & Pereira, 2012).



Foram realizadas nove entrevistas com atores centrais e atuantes na governança do aglomerado, sendo empresários, diretores do Sindicato Patronal (Sindicalizados), gestores do Sebrae e representantes de instituição de ensino superior. O Quadro 2 apresenta o ator selecionado, atividade desenvolvida e tempo na aglomeração produtiva. Como foi solicitado o anonimato, os nomes dos atores da pesquisa não estão explicitados, e para cada participante foi atribuída a letra “E” de entrevistado, seguida por um número de sequência correspondente.

Quadro 2

Atores entrevistados, atividade e tempo no aglomerado

Nº	Atividade desenvolvida	Tempo de atividade
E01	38 anos como diretor-executivo do Sindicalizados	1979 - atual
E02	15 anos como empresário e diretor do Sindicalizados	1998 a 2012
E03	20 anos como empresário, nove na diretoria do Sindicalizados	1993 a 2013
E04	Neto do 1.º fabricante de calçados de Jaú	1950 – 2019
E05	5 anos como gestor do Sindicalizados	2003 a 2008
E06	Gestora de projetos do Sebrae	1998 a 2011
E07	Empresário do ramo calçadista	1986 a 2013
E08	24 anos como empresário, diretor do Sindicalizados desde 1999	1976 a 2015
E09	39 anos como membro da Diretoria do Sindicalizados e atual presidente	1979 - atual

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.3 Análise dos resultados

A análise documental e das narrativas permitiu a identificação de eventos históricos marcantes na construção do espaço social da pesquisa, pois se entende a importância de estudar esses documentos visando o objetivo de “investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sociocultural cronológico” (Richardson, 2017, p. 182).

Foram mapeadas narrativas sobre eventos da criação da localidade, sua evolução, consolidação, práticas empresariais e ação do poder público. Esse procedimento permitiu identificar as narrativas centrais relatadas por cada ator e que podem ser associadas à tipologia de Mahoney e Thelen (2010).

Como instrumento adicional de validação das informações econômicas coletadas, realizou-se o teste estatístico de análise de variância (ANOVA) de um fator para verificar qual foi a relação entre os dados de empresas e empregos nos períodos analisados (2002 – 2009 e 2010 – 2019). No primeiro teste a variável resposta considerada foi a variação das empresas, e no segundo o número de empregos. O nível de significância adotado foi de 5%, i.e., nível de confiança de 95%. A hipótese nula (H_0) considera que não existe diferença entre os períodos, e a hipótese contrária (H_1) considera haver pelo menos um período com valor diferente (Casella & Berger, 2010).

4 Resultados e discussões

4.1 Contexto econômico e histórico da aglomeração produtiva

O mercado interno brasileiro constitui um dos pontos fortes da indústria de calçados nacional, que absorveu cerca de 86% da produção em 2021. A produção está concentrada no



estado do Ceará com 24% da produção nacional, seguido por Rio Grande do Sul (20,8%), Paraíba (18,4%), Minas Gerais (15,1%) e São Paulo (5,5%) (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - Abicalçados, 2022). Uma característica interessante da indústria calçadista brasileira é sua capacidade de se organizar em aglomerações de empresas, com destaque às estabelecidas em Campina Grande (PB), Sobral (CE), Vale dos Sinos (RS), e os polos mineiros de Montes Claros e Nova Serrana, representando mais de 63,2% da produção nacional (Abicalçados, 2022).

O aglomerado produtivo de calçados de Jaú/SP é formado majoritariamente por micro e pequenas empresas (97,3% com até 99 funcionários), sendo que 84,4% tinham até 19 empregados em 2020 (Rais, 2022). Ele é formalmente reconhecido por órgãos dos governos federal, estadual e municipal, o que permitiu sua inserção em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de agrupamento de empresas (Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, 2022). Em Jaú, os empregos do setor calçadista representavam mais de 25% do município nos anos de 2006 e 2007, e em 2019 declinou esse percentual para 10,8% (4019 trabalhadores formais), ficando atrás dos setores do comércio e de saúde com 19,48% e 11,37%, respectivamente (RAIS, 2022).

As oscilações econômicas e o deslocamento regional da produção calçadista brasileira afetaram a produção jauense, que direciona basicamente toda a sua produção para o mercado interno brasileiro. Dados estimados da Abicalçados indicaram que Jaú produziu cerca de 5 milhões de pares no ano de 2021, representando apenas 0,63% da produção nacional, ficando em 16º lugar em um *ranking* de 17 regiões produtoras (Abicalçados, 2022).

4.2 Mudanças institucionais no aglomerado

Um ponto de partida para o estudo da mudança institucional é o contexto histórico sob as quais as instituições evoluem (Streeck, 2009, Maggetti, 2014). A seguir está um breve relato dos eventos descritos nas narrativas dos entrevistados da pesquisa (Quadro 3).

Quadro3

Eventos marcantes na formação da aglomeração produtiva de calçados de Jaú/SP.

Em 1979 - Fundação do Sindicalçados
Em 1991 - Início das atividades do Sebrae Bauru
Em 2001 – Ocorre o Programa Setorial Integrado (PSI) do Governo Federal
2003 – Reconhecimento pelo governo de SP como “Arranjo Produtivo Local – APL de Jaú” e “Polo calçadista de Jaú”
2006 - Inclusão no Programa de Fortalecimento de APLs do Estado de SP
2007 – Ocorre o evento público de divulgação do aglomerado: “O Salto do Calçado”
2009 - Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra o Sebrae Nacional
2010 - Projeto INICIATIVA INOVA JAÚ com apoio do Sebrae, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico
2013 – Concretização do projeto do Núcleo de Inovação Competitiva do Centro Paula Souza
2014 - Última Edição Feira de calçados local “Jaú Trend Show”
2017 - I Seminário Tripartite (Sindicalçados, Sindicato dos trabalhadores e Prefeitura Municipal)
2019 - Iniciativa de Retomada das feiras locais de calçados: Jaú Fashion Show

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas narrativas dos entrevistados.

A atividade calçadista teve suas origens com os primeiros sapateiros do início do século XX, que fabricavam sapatões e botinas de couro para os trabalhadores e comunidade local. Com o declínio da produção cafeeira e canavieira na década de 1950, a produção de calçados se tornou uma opção viável, ganhando fortalecimento econômico e projeção política. Em 1979, foi fundada a associação das indústrias de calçados de Jaú, atualmente Sindicalçados (Quadro 3).



Com a implantação da unidade do Sebrae de Bauru em 1991, as empresas jauenses tiveram acesso a treinamentos, cursos e consultorias que se ampliaram a partir da assinatura, em 2001, do PSI com aportes financeiros da Agência de Promoção às Exportações – APEX e do Sebrae.

4.3 Programa Setorial Integrado (PSI)

Este programa objetivava incrementar as exportações de calçados da aglomeração de Jaú, elevar o padrão de qualidade da produção, promover o calçado brasileiro e apresentar ao mercado internacional produtos brasileiros através da moda. Além disso, o PSI gerou para o aglomerado peças promocionais (vídeo institucional, catálogo, *CD-Rom*, *Banners*, brindes e *kits* de promoção, além de plataforma Web), financiou a participação de empresários locais em feiras inter(nacionais) (Micam/Itália, WSA/Las Vegas, GDS/Alemanha e Francal/Brasil), além de cobertura publicitária em revistas especializadas no setor como *Revista Moda Pelle*, *Revista Ars Sutoria*, *Vogue Pelle* e *Revista Footware News* (Sindicalizados, 2022).

O PSI, além de disponibilizar recursos financeiros, trouxe visibilidade e projetos, pois houve maior participação e envolvimento de entidades como Senai, Senac, Instituições de Ensino Superior, órgãos públicos municipais e estaduais. Ainda que represente um fator exógeno, o PSI pode ser considerado um evento que desencadeou uma série de ações positivas como feiras de negócios, treinamentos, palestras e consultorias, principalmente com a participação efetiva de entidades do Sistema S (Sebrae, Senai e Senac) como o projeto de estímulo à competitividade da indústria de calçados femininos da região de Jaú, liderado pelo Sebrae/ Bauru.

A atuação do Sebrae na promoção do desenvolvimento regional origina-se de suas próprias experiências de apoio a empresas de micro e pequeno porte, por meio de consultorias especializadas e depois para apoio a setores e a territórios (Tavares et al., 2011; Ralio; Donadone, 2019). Em 2002, o Sebrae adotou, como uma das prioridades, a atuação em arranjos produtivos, sendo esta decisão reforçada em 2003, quando da elaboração do seu planejamento estratégico via assinaturas de Termos de Referência (Quadro 3). Inserido nesta política, apoiado por um programa de desenvolvimento sustentável, em parceria com a prefeitura municipal e entidades governamentais, foi denominado “Arranjo Produtivo Local – APL de Calçados Femininos de Jaú”, que viabilizou recursos de entidades públicas como a Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo (SDE, 2022).

Como resultados econômicos no período 2002 – 2009, houve um aumento de 93,94% na quantidade de empresas e de 90% no número de empregos, números superiores à média de outras regiões produtoras de calçados, que ficaram 58,55% e 75,99%, respectivamente (Tabela 1).

4.4 Ação Civil Pública e suas implicações no aglomerado

No ano de 2009 o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra o Sebrae Nacional, que coibiu a terceirização de mão de obra por meio de cooperativas e pessoas jurídicas (MPT, 2015). Dentro desse novo cenário, várias atividades foram totalmente paralisadas no âmbito nacional e com reflexos nas atividades diárias dessa entidade em Jaú, em que as ações foram direcionadas para apenas cursos e ações pontuais, não mais no escopo do Termo de Referência.

Mesmo após esse evento, houve iniciativas que buscaram melhorar a imagem do aglomerado, a retomada das vendas e aproximação com varejistas e atacadistas de calçados.



Em junho de 2010 ocorreu a apresentação do Projeto “Iniciativa Inova Jaú” da empresa espanhola *Competitiveness* cujo objetivo era reforçar a competitividade das empresas de calçados de Jaú (Quadro 1). Para E06 o trabalho da *competitiveness* veio, fez tudo aquilo... ai quando ia Começar a atuar, contratar os Consultores... Ação Civil Pública [...]. Então ficou um negócio aberto.

Assim, no período 2010–2019, o número de empresas formais, reduziu 45,59% e o de empregos 57,24%, números superiores à média de outras regiões produtoras de calçados (-20,56% e -32,20%, respectivamente). As indústrias de calçados, que chegaram a empregar formalmente mais de 9.398 pessoas no ano de 2010, reduziram este montante e, em 2019, empregavam um pouco mais de 4.019 (Rais, 2022). Dados das outras regiões produtivas de calçados, indicaram menor retração nos dados econômicos no mesmo período (Tabela 1).

Tabela 1

Alteração no número de empresas e empregos nas regiões calçadistas

Municípios/Períodos	Empresas ¹		Empregos ²	
	2002-2009	2010-2019	2002-2009	2010-2019
Jaú/SP	93,94%	-45,59%	90,73%	-57,24%
Franca/SP	29,69%	-27,85%	4,67%	-38,06%
Birigui/SP	56,89%	-14,17%	0,85%	-48,76%
São João Batista/SC	78,57%	-8,76%	203,24%	-8,84%
Nova Serrana/MG	33,66%	-6,46%	80,48%	-8,11%
Média	58,55%	-20,56%	75,99%	-32,20%
Desvio Padrão	27,88%	16,27%	82,41%	22,70%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da RAIS (2022).

(1) Empregos = total de vínculos ativos em 31/12.

(2) Quantidade de indústrias: IBGE Subsetor 12 (1991-1993); CNAE 95 Div (1994-2005) e CNAE 2.0 Div (a partir de 2006).

Em 2019 o Sindicalçados retomou as atividades de aproximação com o setor varejista e organizou a feira local *Jaú Fashion Show*. Apesar dessa iniciativa e com o surgimento da pandemia de SARS-CoV-2, a indústria de Jaú viu reduzir o número de empresas (-8,9%) e empregos formais (-26,3%) entre 2019 e 2020 (RAIS, 2022).

Apesar de haver uma relação entre o desempenho da aglomeração produtiva com crise econômica e concorrência, foi necessário testar se a variação entre os períodos estudados e dados econômicos foi significativa. A Tabela 2 apresenta o resumo da ANOVA para os dados sobre a variação de empresas entre os períodos estudados.

Há rejeição de H_0 quando o valor de probabilidade do teste (p-valor) for menor que o nível de significância ($p\text{-valor} < 0,05$). Confirma-se esta situação quando a estatística F calculada no teste é maior que o valor crítico da distribuição, considerando-se os mesmos graus de liberdade do teste.



Tabela 2

Resumo ANOVA para variação de empresas entre os períodos de 2002-2009 e 2010-2019

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Empresas	1,564835	1	1,564835	30,04282	0,000587	5,317655
Resíduos	0,416695	8	0,052087			
Total	1,98153	9				

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, considerando um nível de significância de 5%, pode-se que dizer que o teste estatístico rejeitou H_0 que não há diferença entre os períodos, uma vez que o valor de probabilidade do teste foi menor que 5% (p-valor igual a 0,000587).

Similarmente para os dados sobre as variações de empregos (Tabela 3), a ANOVA também rejeitou H_0 , uma vez que o valor de probabilidade do teste foi menor que 5% (p-valor igual a 0,022135).

Tabela 3 - Resumo ANOVA para variação de empregos entre os períodos de 2002-2009 e 2010-2019

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Empregos	2,926594	1	2,926594	8,01144	0,022135	5,317655
Resíduos	2,922414	8	0,365302			
Total	5,849008	9				

Fonte: Dados da pesquisa

A análise estatística indicou diferença entre os períodos e também nos resultados econômicos, sendo mais expressivos para a aglomeração produtiva de Jaú quando comparada com as demais regiões, corroborando a hipótese sobre a atuação e influência de atores institucionais locais na mudança institucional do aglomerado. A literatura descreve que os agentes podem realizar mudanças ao retirar o apoio público da instituição existente, onde os resultados podem não ser inicialmente percebidos como contribuindo para a oposição institucional, embora muitas vezes o sejam (Rocco & Thurston, 2014).

4.5 Análise dos resultados

As narrativas e os eventos descritos no Quadro 3 indicaram o tipo de mudança por camadas (*layering*), pois esse tipo de mudança não está em função de uma única conjuntura crítica, mas pela inserção progressiva de novos elementos ao longo dos arranjos tradicionais, conforme indicado por Streeck e Thelen (2005). Essas alterações podem passar despercebidas no momento de sua promulgação, mas após certo nível, podem atingir um ponto de inflexão que pode mudar completamente o funcionamento do sistema (Streeck & Thelen, 2005; Maggetti, 2014).

A assinatura no ano de 2001 do PSI criou condições tanto para obtenção de recursos financeiros quanto de visibilidade para a aglomeração, pois *veio todas as entidades... colocou um holofote, todo mundo (entidades) queria oferecer coisas para o setor... e foi ótimo* (E01). Foi o momento onde o apoio institucional do Estado e entidades de classe tiveram grande importância, ao serem disponibilizadas consultorias especializadas (Sindicalizados, 2022; Tavares *et al.*, 2011) e recursos públicos (SDE, 2022).

Entretanto, a Ação Civil Pública de 2009 provocou mudanças por reduzir as atividades do Sebrae em todo o território nacional, com impacto imediato na aglomeração de



Jaú (Quadro 3 e Tabela 1). Este evento poderia desestabilizar as práticas estabelecidas ou desencadear uma mudança repentina no arranjo institucional que modificaria a atividade produtiva e econômica desta localidade, bem como o colapso da instituição ou a substituição por outra, como sugere o modelo de equilíbrio pontuado (True, Jones, & Baumgartner, 1999).

O que se observou foi que esses eventos externos causaram impacto, mas não alteraram a estrutura de governança ou redirecionaram a instituição para novos propósitos, transformando suas funções e os papéis que desempenhavam, como preconiza o tipo de mudança de deriva (*drift*) (Hacker et al., 2015; Mahoney & Thelen, 2010). Conforme indicado por Thelen (2003), alguns arranjos institucionais são mais resistentes à mudança, mesmo diante de choques externos, pois uma importante fonte de mudança institucional é o desalinhamento entre arranjos existentes, interesses e necessidades dos atores que constituem esses mesmos arranjos (Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012).

Outra questão se refere à própria formação do aglomerado, *focado na produção, não foi um modelo focado no mercado, no cliente... caso contrário, teria se fortalecido* (E03). Uma das explicações para a adoção deste modelo pode estar relacionada à forma como se constituiu e se ampliou a produção de Jaú, geralmente obedecendo à regra de que os novos fabricantes de calçados são antigos funcionários de empresas que saíram e abriram um novo negócio e que não se apropriaram do seu papel de empresário, sempre se referindo a si mesmo como sapateiro (E06). Estudos empíricos reforçam o papel da trajetória histórica como ponto de partida para o estudo da mudança institucional e como as instituições evoluem e reproduzem o modelo já estabelecido pelos atores e grupos (Streeck, 2009; Maggetti, 2014, Capoccia & Kelemen, 2007).

Dessa maneira, a identificação do tipo de mudança em camadas aponta para uma tendência de continuidade e manutenção da estrutura institucional, pois mesmo após os achados da pesquisa, alguns entrevistados mencionaram dificuldades em fazer modificações, em especial àquelas impostas pelo mercado, principalmente a valorização da produção local, do apelo ecológico e do resgate à identidade do aglomerado.

Como ressaltado por Coraiola et al., (2015) e Mahoney e Thelen (2010), as questões políticas e institucionais podem fazer surgir algum tipo de agente que desencadeia a mudança. Para este tipo de mudança, os agentes devem ter os recursos para patrocinar e realizar alterações à margem das políticas existentes (Rocco & Thurston, 2014). Este parece ter sido o caso do Sebrae que visou criar alternativas e mudanças viáveis para a instituição originária ao disponibilizar recursos financeiros, materiais ou intelectuais que persuadissem os atores de que a mudança na instituição seria necessária.

Especificamente quanto ao Sebrae, em geral, os fabricantes o viam como uma entidade financeira e não como uma entidade formadora de profissional (E02). Para E06, uma das principais falhas do Sebrae foi que a gente não deve fazer por eles (empresários), a gente (Sebrae) pode até diagnosticar, mas quem tem que fazer são eles, do jeito deles, e isso acho que foi um dos fatores que também “atrapalhou” no processo de amadurecimento. A mudança por camadas é marcada pela ambiguidade institucional inicial, com regras mutáveis, que permitem que grupos reinterpretam ou reformulem as instituições de acordo com suas preferências, especialmente quando uma instituição desafia diretamente outra instituição paralela (Rocco & Thurston, 2014).

Para Coccia (2018), no processo de mudança institucional cada indivíduo calcula seus custos e benefícios esperados dessa mudança. O tipo de mudança *layering* pressupõe que alguns atores vão tentar manter a instituição mesmo que os resultados alcançados não sejam os previstos inicialmente, pois isso atende aos seus interesses e objetivos para mantê-la sem alterações (Van Der Heijden, 2014).



No caso estudado, não houve ruptura do ambiente ou o surgimento de uma nova estrutura institucional que pudesse alterar alguma dimensão socioeconômica, geográfica ou a exclusão de algum ator social ou a mudança da atividade econômica. A aglomeração continua a produzir calçado, apesar dos episódios relatados (Sindicalizados, 2022 e ABICALÇADOS, 2022). O que se observou foi como a presença e as ações de um ator importante como o Sebrae gerou externalidades positivas quando havia recursos financeiros disponíveis e como a redução da sua ação foi percebida pela localidade (Favoni, Paulillo, & Sacomano Neto, 2019).

A mudança por camada ocorre como produto da interação entre atores, ideias e instituições (Béland & Powell, 2016). Como Schickler (2001) destaca, a camada ocorre quando uma instituição desafia diretamente outra instituição paralela, desgastando o apoio a essa instituição. Assim, a estrutura institucional do estudo induzia mudança pela interação entre instituições, no caso uma delas sendo o Sebrae e os agentes de mudança (Sebrae, por exemplo) tinham capacidade de fazer mudanças modestas, sendo que o resultado das mudanças foi uma instituição parecida com a inicial (Rocco & Thurston, 2014).

5 Considerações finais

Esta pesquisa analisou o tipo de mudança institucional na aglomeração produtiva de calçados de Jaú entre os anos de 2001 e 2019. Os resultados apontaram para o tipo de mudança em camadas (*layering*), conforme tipologia proposta por Mahoney e Thelen (2010), pois os elementos institucionais identificados na pesquisa tiveram impacto na aglomeração, mas não modificaram sua estrutura e tampouco sua composição política ou característica econômica. O estudo mostra o papel das instituições para explicar resultados econômicos (North, 1990; Fligstein & Goldstein, 2022), desenvolvimento regional (Beckert, 2010; Benner & 2017, Jacometti, Gonçalves, & Castro, 2014) e mudança institucional (Gerschewski, 2021, Greenwood et al., 2002; Thelen, 2003).

A conclusão deste trabalho como uma mudança institucional em camadas aponta para uma tendência de continuidade e manutenção dos mesmos procedimentos e modelos de produção, gestão e técnicas estabelecidas antes dos eventos relatados no trabalho, por serem vistos como suficientes para alcançar os resultados desejados pelos atores (empresas), mesmo após a atuação organizacional e institucional de atores como o Sebrae, conforme indicado também nos resultados da pesquisa de Streeck e Thelen (2005).

Cumpre ressaltar que a presente pesquisa fez uma escolha metodológica (estudo de caso) em função de acesso ao objeto de estudo e entrevistados. Assim, estudos futuros poderiam investigar mudanças institucionais em outras localidades, especialmente formada por micro e pequenas empresas (MPEs), por serem atores influentes no desenvolvimento econômico e social de diversas regiões do país (Saraiva et al., 2020). Além disso, optou-se por uma delimitação do grupo de entrevistados, focando naqueles atores sociais envolvidos diretamente com as ações e eventos relatados.

Novos estudos são necessários para analisar as dinâmicas internas e os aspectos que representam obstáculos ou disposições institucionais para mudanças mais substanciais, em especial as normas e crenças que constituem as instituições informais e como influenciam os comportamentos e as disposições dos indivíduos, como os empreendedores na formação ou manutenção de aglomerações produtivas (Coccia, 2018; Thornton & Ocasio; Lounsbury, 2012).

Como sugestão para os atores envolvidos, a literatura e os resultados indicaram que o desenvolvimento econômico regional está ligado à dinâmica da estrutura e das relações entre



os atores e nas instituições que podem criar maneiras de se adaptar ao novo contexto econômico, seja pela introdução de novas tecnologias, integração entre as forças sociais e econômicas e/ou nas relações de cooperação e confiança entre os atores.

Por fim, uma implicação prática do presente trabalho consiste em discutir como eventos ou fatores externos impactam o ambiente institucional com reflexos econômicos e produtivos, em especial em aglomerações produtivas formadas por micro e pequenos negócios. Acredita-se que esse é um tema que continuamente precisa ser explorado nos estudos institucionais.

Referências

- Abicalçados - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2022). *Relatório setorial: indústria de calçados*. Disponível em <http://www.abicalcados.com.br/publicacoes/relatorio-setorial>
- Araujo Aguiar, T. C; Moreira, V. F. (2022). Papeis dos atores institucionais no ecossistema de negócios tecnológicos de impacto social: evidências de Campina Grande - PB. *Gestão & Regionalidade*, 38(113). Recuperado de https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/7005
- Barbosa Leite, D., Marcelo Faustino da Silva, C., Tomaz Caires, R., Stefani Teixeira, C., & Augusto Biz, A. (2023). Parques de ciência e tecnologia como núcleo da quádrupla hélice: uma proposta para o desenvolvimento regional de Mato Grosso - Brasil: a proposal for regional development of Mato Grosso - Brazil. *Gestão & Regionalidade*, 39(116). <https://doi.org/10.13037/gr.vol39n116.7718>
- Beckert, J. (2010). How Do Fields Change? The Interrelations of Institutions, Networks, and Cognition in the Dynamics of Markets. *Organization Studies*, 31(5), 605-627. doi:10.1177/0170840610372184
- Béland, D., & Powell, M. (2016) Continuity and Change in Social Policy. *Social Policy & Administration*, 50: 129– 147. doi: 10.1111/spol.12207.
- Benner, M. (2017). From Clusters to Smart Specialization: Tourism in Institution-Sensitive Regional Development Policies. *Economies*, 5(26). doi: 10.3390/economics5030026
- Capoccia, G., & Kelemen, D. (2007). The Study of Critical Junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. *World Politics*, 59(3), 341-369. doi:10.1017/S0043887100020852
- Casella, G., & Berger, R. L. *Inferência Estatística*. São Paulo: Cengage Learning, 588 p. 2010
- Coccia M. (2018). An Introduction to the Theories of Institutional Change. *Journal of Economics Library*, 5(4), 337-344. doi10.1453/jel.v5i4.1788



Coraiola, D. M., Jacometti, M., Baratter, M. A., & Gonçalves, S. A. (2015). Conciliando agência e contexto na dinâmica da mudança institucional. *Cadernos EBAPE.BR [online]*, 13(4), 701-726. doi:10.1590/1679-39518879

Deephouse, D. L., & Suchman, M. (2008). Legitimacy in Organizational Institutionalism. In Greenwood, R. et al., *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*, 49-77, Thousand Oaks: Sage. doi:10.4135/9781849200387.n2

Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (2007). Jaula de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In Caldas, M. P.; Bertero, C. O. (Coord.). *Teoria das organizações*. São Paulo. Atlas.

Favoni, C., Paulillo, L. F. O., & Sacomano Neto, M. (2019). Metamorphoses in Jaú's women's footwear product cluster: from dense to loose-knit network. *Gestão & Produção*, 26(4), e5088. <https://doi.org/10.1590/0104-530X5088-19>

Fligstein, N. (2013). Understanding stability and change in fields. *Research in Organizational Behavior*, 33, 39-51. doi:10.1016/j.riob.2013.10.005

Fligstein, N., & Goldstein, A. (2022). The Legacy of Shareholder Value Capitalism. *Annual Review Sociology*. 48. doi:10.1146/annurev-soc-030420-120827

Gerschewski, J. (2021). Explanations of Institutional Change: Reflecting on a “Missing Diagonal”. *American Political Science Review*, 115(1), 218-233. doi:10.1017/S0003055420000751

Glückler, J., & Lenz, R. (2016). How institutions moderate the effectiveness of regional policy: A framework and research agenda. *Investigaciones Regionales. Journal of Regional Research*, 36, 255-277. Disponível em <https://econpapers.repec.org/article/risinvreg/0335.htm>

Greenwood, R., Oliver, C., Lawrence, T. B., & Meyer, R. E. (2017). *The SAGE Handbook of organizational institutionalism*. SAGE Publications Ltd, <https://dx.doi.org/10.4135/9781526415066>

Hacker, J. S., Pierson, P., & Thelen, K. (2015). Drift and conversion: hidden faces of institutional change. In J. Mahoney, & K. Thelen (Eds.), *Advances in comparative-historical analysis* (pp. 180-208). New York, NY: Cambridge University Press.

Hall, P. A. (2010). Historical Institutionalism in Rationalist and Sociological Perspective. In: *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. 204-223, New York, Cambridge University Press.

Hancock, D. R., Algozzine, B., & Lim, J. H. (2021). *Doing Case Study Research: A Practical Guide for Beginning Researchers*. Teachers College Press, 128p.



Hinrichs, K., & Kangas, O. (2003). When Is a Change Big Enough to Be a System Shift? Small System-shifting Changes in German and Finnish Pension Policies. *Social Policy & Administration*, 37, 573-591. doi: 10.1111/1467-9515.00359

Jacometti, M., Gonçalves, S. A., & Castro, M. (2014). Institutional work e conhecimento em redes interorganizacionais: uma proposta para investigar APLs. *Revista de Administração do Mackenzie*, São Paulo, 15(6), 17-47. doi:10.1590/1678-69712014/administracao.v15n6p17-47

Jensen, C. (2009). Policy Punctuations in Mature Welfare States. *Journal of Public Policy*, 29(3), 287–303. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40542351>

Kingston, C., & Caballero, G. (2009). Comparing theories of institutional change. *Journal of Institutional Economics*, 5(2), 151-180. doi:10.1017/S1744137409001283

Kluttz, D.N., & Fligstein, N. (2016). Varieties of Sociological Field Theory. In: Abrutyn, S. (eds) Handbook of Contemporary Sociological Theory. *Handbooks of Sociology and Social Research*. Springer, Cham. doi.org/10.1007/978-3-319-32250-6_10

Lauretto, M.S., Nakano, F., Pereira, C. A. B., Stern, J. M. (2012). Intentional Sampling by Goal Optimization with Decoupling by Stochastic Perturbation. In *XI Brazilian Meeting on Bayesian Statistics*, 1490, 189-201.

Maggetti M. (2014). Institutional change and the evolution of the regulatory state: evidence from the Swiss case. *International Review of Administrative Sciences*, 80(2), 276-297. doi:10.1177/0020852313514517

Mahoney, J., & Thelen, K. (2010). A theory of gradual institutional change. In: Mahoney, J.; Thelen, K (Eds.). *Explaining institutional change – ambiguity, agency and power*. New York: Cambridge University Press, 1-37.

Micelotta, E., Lounsbury, M., & Greenwood, R. (2017). Pathways of Institutional Change: An Integrative Review and Research Agenda. *Journal of Management*, 43(6), 1885–1910. doi:10.1177/0149206317699522

MPT - Ministério Público do Trabalho (2015). *Sebrae-SP aceita acordo e vai corrigir contratações irregulares*, Sala de Imprensa. Disponível em http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa

Morselli, A. (2021). Growth and institutional changes: a historical evolution. *Brazilian Journal of Political Economy*, 41(2), 292-313. doi:10.1590/0101-31572021-3133

Mosley, L. (2013). *Interview Research in Political Science*. London, UK: Cornell University Press. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1xx5wg>

North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.



Powell, W. W., & Colyvas, J. (2008). A. Microfoundations of Institutional Theory. In Greenwood, R., Oliver, C., Sahlin, K; Suddaby, R. *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*, 276-298. Thousand Oaks: Sage.

Rais - Relação Anual de Informações Sociais (2022). *Estatísticas*. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm>

Ralio, V. R. Z., & Donadone, J. C. (2019). The forms of intermediation in the space of Brazilian micro and small-sized enterprises: SEBRAE, from foundation to performance in the 21st century. *Gestão & Produção [online]*, 26(4). doi:10.1590/0104-530X4219-19

Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, p. 424.

Rocco, P., & Thurston, C. (2014). From metaphors to measures: Observable indicators of gradual institutional change. *Journal of Public Policy*, 34(1), 35-62. doi:10.1017/S0143814X13000305

Samadi, A.H., & Alipourian, M. (2021). Institutions and Institutional Change: Concepts and Theories. In: Faghih & Samadi, (eds) *Dynamics of Institutional Change in Emerging Market Economies. Contributions to Economics*. Springer, doi:10.1007/978-3-030-61342-6_4

Saraiva, A. F. S., Andrade, G. N. S. Oliveira, N. M. Luz, R. A. da. (2020). Alocação espacial e associações geográficas das micro e pequenas empresas nos setores produtivos da microrregião de Imperatriz-MA. *Gestão & Regionalidade*, 36(107). <https://doi.org/10.13037/gr.vol36n107.5569>

Schickler, E. (2001). *Disjointed Pluralism: Institutional Innovation and the Development of the U.S. Congress*. Princeton University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7rr34>

Scott, W. R. (2001). *Institutions and organizations*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage.

Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de dados. (2022). *IMP – Informações dos Municípios Paulistas*. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>

Sde - Secretaria de Desenvolvimento Econômico. (2022). *Arranjos Produtivos Locais (APL)*. Disponível em <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/arranjos-produtivos-locais-apls/>

Seeleib-Kaiser, M. (2008). Welfare State Transformations in Comparative Perspective: Shifting Boundaries of ‘Public’ and ‘Private’ Social Policy? In: Seeleib-Kaiser, M. (eds) *Welfare State Transformations*. Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9780230227392_1

Shapiro, I. (2012). Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, Or What’s Wrong with Political Science and What to do About It. *Political Theory*, 30(4), 596-619. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3072623>



Sindicalçados - Sindicato da Indústria de Calçados de Jaú. (2022). *Quem somos*. Disponível em www.sindicaljau.com.br

Streeck, W. (2009). *Institutions in History: Bringing Capitalism Back in*. The oxford handbook of comparative institutional analysis, Discussion Paper No. 09/8, Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1852543>

Streeck, W., & Thelen, K. A. (2005). *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford, UK: Oxford University Press

Tang, S. (2011). *A General Theory of Institutional Change*. London: Routledge.

Tavares, B., Leite M. D., & Carvalho, C. C. (2011). Evidências de indução e mimetismo nos arranjos produtivos locais pela ação institucional do Sebrae. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(4), 339–361. doi:10.21118/apgs.v2i4.4032.

Thelen, K. (2003). How Institutionalism Evolves: Insights from Comparative Historical Analysis. In: Mahoney. J., & Rueschemeyer J. *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press, 208-240.

Thelen, K. (2009). Institutional change in advanced political economies: First annual lecture of the bjir. *British Journal of Industrial Relations*, 47(3), 471- 498. doi:10.1111/j.1467-8543.2009.00746.x

Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logics perspective: a new approach to culture, structure, and process*. Oxford University Press.

Tolbert, P., David, R., & Sine, W. (2011). Studying choice and change: the intersection of institutional theory and entrepreneurship research. *Organization Science*, 22(5), 1332-1344.

True, J. L., Jones, B. D., & Baumgartner, F. R. (1999). Punctuated-equilibrium theory. In P.A. Sabatier (Ed.), *Theories of the Policy Process*. Westview Press, 97-115.

Van der Heijden, J. (2014). Through Thelen's lens: Layering, conversion, drift, displacement and exhaustion in the development of Dutch construction regulation'. *CEGNet Working Paper*, No. 46, Regulatory Institutions Network.

Venturini, A. C. (2021). Affirmative action for Brazilian graduate programs: patterns of institutional change. *Revista de Administração Pública [online]*. 55(6), 1250-1270. doi:10.1590/0034-761220200631

Yang, Z., & Su, C. (2014). Institutional theory in business marketing: Conceptual framework and future directions. *Industrial Marketing Management*, 43, 721-725. doi:10.1016/j.indmarman.2014.04.001



Apêndice 1 – Questões abordadas na pesquisa

- 1) Quando e como se formou o aglomerado de empresas produtoras de calçados de Jaú?
- 2) Quais fatos históricos foram determinantes para o aglomerado?
- 3) Quais projetos ou políticas públicas foram mais importantes para os produtores de calçados de Jaú?
- 4) Na sua opinião, quais entidades foram mais determinantes para o aglomerado nos últimos anos?
- 5) Houve alguma mudança na organização e/ou coordenação do aglomerado e quem ela beneficiou?
- 6) Houve alguma mudança tecnológica ou de inovação que alterou a forma das empresas de Jaú trabalharem? Qual? Quando?
- 7) As indústrias calçadistas de Jaú seguiram algum modelo de negócio? Qual? Por quê?
- 8) Houve e ainda há algum tipo de cooperação entre as indústrias de calçados e entidades?
- 9) Em algum momento a indústria calçadista de Jaú possuiu uma identidade própria (marca, qualidade, projeção nacional)?
- 10) Qual é o valor das indústrias de calçados para o município de Jaú? E para a região?
- 11) Houve práticas das entidades ou política públicas que buscaram aumentar a participação das empresas na melhoria e gestão do aglomerado?
- 12) De que maneira você identifica o posicionamento dos atores favoráveis e contrários à participação das entidades na organização do aglomerado de calçados de Jaú?
- 13) Existe ou existiu articulação entre os atores (entidades e empresas)?
- 14) Na sua opinião, quais os maiores desafios e obstáculos para a indústria calçadista de Jaú? Por quê?

ⁱ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos - SP. Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá - PR. Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Londrina - PR. Atualmente é professor e pesquisador RJI das Faculdades de Tecnologia de Jahu e Bauru/SP - Brasil.

ⁱⁱ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Sociologia Econômica pela Universidade da Califórnia (Berkeley- USA) Atualmente é Professor e pesquisador da Universidade Federal de São Carlos - Departamento de Engenharia de Produção e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos - UFSCar - São Carlos - SP – Brasil

ⁱⁱⁱ Titulação: Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP - Campinas - SP. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos - SP. Bacharel em Economia pela Universidade Estadual Paulista - Araraquara - SP. Atualmente é Professor Titular do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos e Diretor do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos - SP.

^{iv} Doutorando em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos - SP em parceria com Doctorado en Ingeniería de Organización da Universidad Politécnica de Madrid - Espanha. Bacharel em Engenharia de Produção Mecânica pela Escola de Engenharia de São Carlos - SP (EESC/USP) (2011) e Mestrado em Engenharia de Produção - USP - São Carlos - SP. Atualmente é professor afastado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

